



FISSURAS NO COTIDIANO, RUPTURAS NA HISTÓRIA

Loreley Garcia¹
Eduardo Sérgio Soares Sousa²
Josilene Ribeiro Oliveira³

A pesquisa tem por objetivo investigar a formação de novas relações de gênero na zona rural dos Cariris paraibanos, a partir da inserção das mulheres em projetos de desenvolvimento cuja proposta é garantir a equidade de gênero. A questão basilar é: projetos de desenvolvimento, como o Projeto Dom Helder Câmara⁴ (PDHC), a atuação de Organizações Não Governamentais (ONG) feministas, entidades parceiras e órgãos públicos, efetivamente engendram diferenças nas relações de gênero tradicionais, geram novos comportamentos, provocando mudança social efetiva? A participação nos projetos induz a novos comportamentos? Existem indícios de alteração na divisão sexual do trabalho? A mudança nos papéis sexuais engendra novos conflitos, como manipulam esses conflitos? São ações com capacidade de produzir novos personagens no campo e contaminar a comunidade, gerando novos padrões culturais e novos comportamentos? Produzem fissuras no cotidiano, nas vidas individuais, têm poder de criar rupturas que levem a mudança cultural? Que impacto tem os projetos e programas na promoção da cidadania, autonomia, equidade, emancipação da condição subalterna da mulher rural?

As políticas públicas e os projetos definem como objetivos conferir autonomia e emancipação às mulheres e garantir alternativas de renda no meio rural. Porém, da ótica das Teorias Feministas e dos Estudos de Gênero, o que importa, na avaliação de um projeto, é saber se foi capaz de *alterar as relações de gênero, os papéis sexuais e reorganizar a divisão de trabalho entre os sexos*, se trouxe *efetivamente mais poder e direitos à mulher*. A análise feminista traz no seu bojo a curiosidade a respeito da dimensão das desigualdades de gênero. Trata-se de um tipo de análise que leva a sério tanto a fala, quanto os silêncios que marcam os discursos. Não é possível estudar as mulheres sem entender seus silêncios e considerar que as dinâmicas de gênero não são estáticas.

¹ Dra. Sociologia, Pós doutorado em Women's Studies. Profa. do DCS/UFPB, Visiting Professor na Temple University, Visiting Scholar na Southern Oregon University.

² Dr. Sociologia e Dr. Ciências Médicas. Prof. do Depto de Ciências Médicas/UFPB

³ Mestre em Sociologia. Profa. do Depto. Comunicações e Turismo/UFPB

⁴ O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária do Semiárido do Nordeste – Projeto Dom Helder Câmara, é um projeto governamental criado a partir de um acordo de empréstimo internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento – FIDA, estando vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Iniciado efetivamente em 2002, atende territórios de seis estados da região Nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe).



Incontáveis projetos de desenvolvimento, voltados para mulheres e geração de renda, nada tem a ver com a perspectiva de mudança radical nas relações de gênero, reconstruindo-as em bases democráticas e não hierárquicas. São projetos que buscam atingir renda e trabalho, aliados a conquista de maior sociabilidade e maior auto estima entre as mulheres, o que, de fato, não substitui o objetivo de alterar as relações de gênero e a redistribuição de poder entre os sexos.

Portanto, no que tange ao empoderamento apresentam desafios que ainda não foram superados. Não basta saber se a vida das mulheres mudou, mas se conferiu autonomia, capacidade de gerenciar o próprio destino; ou elas permanecem na intrincada rede das relações tradicionais barganhando voz, espaço e direito a mobilidade? A ação se localiza entre a possibilidade de variação e a repetição. Novas possibilidades se abriram para os sexos contestarem os códigos rígidos e o binarismo hierárquico nas práticas de significações repetidas onde a subversão é possível.

No caso do PDHC e do programa do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), busca-se garantir a equidade de gênero, ou seja, reformatar as relações tradicionais entre homens e mulheres a partir de projetos de geração de renda no âmbito da agricultura familiar, considerada um ativo na região. Daí a execução de políticas diferenciadas com objetivo de patrocinar equidade social, já que a agricultura familiar é vista como um elemento vital para segurança econômica, estabilidade política, social, cultural, ambiental nos países e regiões. A equidade de gênero é um dos elementos desta política diferenciada, sendo fundamental que seja internalizada para o sucesso das políticas no Mercosul.

O PDHC tem apoiado e fomentado diferentes atividades produtivas, que tiveram êxito em alguns territórios e fracassos em outros. O PDHC apresenta uma proposta de transversalidade de gênero, etnia e geração em todas suas ações, proposta esta que se faz com parcerias, no nosso caso com o Centro da Mulher 8 de Março e Cunhã Coletivo Feminista, organizações feministas que têm atuado, desde a década de 1990, pela defesa dos direitos das mulheres urbanas e rurais e pela equidade de gênero no estado da Paraíba.

Segundo relatório do PDHC de 2005 e 2007, as ações de gênero, geração e etnia tiveram os seguintes objetivos: a) apoiar grupos produtivos de mulheres e jovens; b) promover o acesso de mulheres, jovens e comunidades étnicas à assistência técnica; c) promover o acesso de mulheres e jovens às linhas de crédito PRONAF Mulher e PRONAF Jovem; d) promover o combate à violência contra a mulher; e) promover a inclusão de mulheres nas instâncias de organização social



e nas políticas das mulheres; e) promover a documentação das mulheres; e f) promover o acesso das mulheres à terra por meio da titulação conjunta da terra.

Considerando as localidades pesquisadas, o PDHC tem apoiado e fomentado diferentes atividades produtivas, que tiveram êxito em alguns territórios e fracassos em outros. Dentre as atividades, destacam-se a produção de galinhas, de cabras, hortas orgânicas, minhocário e apoio a feiras agroecológicas, etc.

Essas ONGs começaram suas ações no Cariri em 2003, inicialmente em 12 áreas de assentamentos, distribuídas em seis municípios da região (Monteiro, Sumé, Prata, Camalaú, São Sebastião do Umbuzeiro e Coxixola). Posteriormente, em 2007, incluíram ainda mais 3 assentamentos e 18 comunidades de agricultura familiar, totalizando ações em quinze municípios (Amparo, Camalaú, Cabaceiras, Coxixola, Congo, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Prata, S. Seb.do Umbuzeiro, São João do Tigre, Serra Branca, Soledade, Sumé e Zabelê). A finalidade do projeto - *Semeando Gênero no Semi-árido paraibano*- era elaborar diagnósticos a respeito da realidade socioeconômica das mulheres dessa região e, a partir destas informações, capacitar técnicos e mobilizadores sociais, além de realizar ações diretas com as próprias mulheres das localidades. Suas técnicas têm realizado diversas visitas, reuniões e acompanhamentos de atividades produtivas nos territórios com o intuito de estimular a formação de grupos de mulheres e realizar seminários, oficinas e cursos abordando temas sobre cidadania e direitos das mulheres rurais, trabalho produtivo e reprodutivo, saúde da mulher, violência de gênero, gestão e desenvolvimento sustentável etc. Também promoveram intercâmbios entre diferentes grupos para incentivar a troca de experiências e ampliar os conhecimentos a respeito do desafio de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária.

As Mulheres nos Assentamentos do Cariri

O Cariri se encontra na região do semi-árido nordestino, conhecida como Polígono das secas do Nordeste, caracterizado por elevadas temperaturas, fracas amplitudes térmicas e chuvas escassas, concentradas no inverno e irregulares. Outra característica determinante é a escassez de recursos hídricos, porém a região possui grande capacidade de armazenar água em seus inúmeros reservatórios, fato que a coloca entre as regiões com maiores índices de açudagem do mundo.



O universo dessa pesquisa corresponde mais precisamente ao Cariri Ocidental da Paraíba, área que abrange dezessete municípios⁵, com 7.158 Km². Trata-se de uma microrregião subdividida geograficamente pelo IBGE, e que, em conjunto com as microrregiões do Cariri Oriental, Seridó da Paraíba e Seridó Oriental paraibano, forma a "Mesorregião da Borborema".

Considerando os territórios e as áreas de atuação do PDHC, tomamos como amostra nessa pesquisa as seguintes localidades:

Nome	Tipo	Município	Área (ha.)	Famílias
Santa Catarina	Assentamento Reforma Agrária	Monteiro	3.600,0000	320
Novo Mundo	Assentamento Reforma Agrária	Camalaú	2.081,5000	87
Serrote Agudo	Assentamento Reforma Agrária	Sumé	2.356,7200	86

Resguardadas as peculiaridades e os aspectos históricos da formação dos assentamentos, eles têm muitos aspectos em comum, como descrevemos a seguir.

A família é a unidade básica da produção, tendo como principais atividades geradoras de renda a agricultura de subsistência, através do plantio de lavouras temporárias, onde predomina basicamente o cultivo de milho e feijão e o criatório de pequenos animais, tais como galinhas, porcos, ovinos e principalmente caprinos. A renda é complementada com a prestação de serviços como o "trabalho alugado", o trabalho de pedreiro dentre outras atividades que caracterizam a situação de pluriatividade⁶. A maior parte dos assentados recebe benefícios do Governo Federal (bolsa família, bolsa escola e aposentadoria), que complementam a renda das famílias.

O artesanato também é recorrente, as mulheres além do trabalho doméstico, dos cuidados com a lavoura e os animais, em suas horas "vagas" tecem peças em renda renascença, que esporadicamente contribuem com o orçamento familiar.

De um modo geral, os assentamentos contam com uma infra-estrutura e serviços básicos de educação, saúde e transportes precários, tendo em vista que são desprovidos de fornecimento de água tratada e encanada, esgotamento sanitário e rede coletora de esgoto. As estradas que dão acesso aos assentamentos são de barro, e por elas trafegam além de pessoas, carros de boi, carro de passeio, muitas motos e algumas bicicletas, cotidianamente. Por elas se dá o deslocamento diário

⁵ A microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba é composta pelos seguintes municípios: Assunção, Taperoá, Livramento, São José dos Cordeiros, Parari, Serra Branca, Amparo, Ouro Velho, Prata, Sumé, Coxixola, Congo, Camalaú, Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro e São João do Tigre.

⁶ Pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 100).



dos estudantes para freqüentar as unidades da rede municipal de ensino, onde dão continuidade aos estudos.

A proposta do PDHC em contratar organizações feministas para implantar a transversalidade de gênero, de um lado, possibilitou uma interessante aproximação da temática feminista com o projeto de desenvolvimento sustentável e de economia solidária e, de outro, criou impasses no que se refere à intervenção feminista nas famílias fundadas no princípio da agricultura familiar e na tradicional divisão sexual do trabalho.

A agricultura familiar é caracterizada pela pluriatividade que garante a reprodução social e econômica da unidade familiar, cuja estabilidade advém das relações de parentesco entre os membros. Schneider (2003) indica que a pluriatividade “ocorre não apenas em relação à alocação da força de trabalho, mas também aos aspectos de gênero e hierarquia familiar” (SCHNEIDER, 2003:101).

Segundo Brandão (2007), “a conversa cotidiana, seja entre vizinhos, amigos e parceiros do trabalho, seja no âmbito familiar (ali onde as opiniões das esposas são bastante mais importantes do que se imagina, em geral, versam sobre... assuntos ligados a lida com plantas e /ou animais” (BRANDÃO, 2007, p.46). Inúmeros estudos de gênero na área rural comprovam que essa visão idílica inexistente, a família não é um todo orgânico e monolítico como Brandão sugere, e muito menos uma instituição democrática e não hierarquizada, na qual o peso da opinião dos membros é considerado, definindo decisões consensuais. Mesmo quando trata da nova visão de mundo que contamina o campo, atraindo a nova geração para a cidade, o autor ignora o fato de que a nova geração é cindida entre rapazes e moças, e a migração para as cidades, não ocorre da mesma forma, mas tem as marcas do sexo/gênero.

Abramovay e Camarano (1999), destacam a juventude dos migrantes rurais brasileiros e a crescente proporção de moças. Os motivos seriam de cunho tanto objetivo quanto subjetivo, se de um lado a migração vincula-se a oportunidade de trabalho no meio urbano, seja no setor de serviços, seja como domésticas em residência; de outro, conforme Durston (1996b, p. 50), as moças buscam alternativas à cultura ‘machista’ tradicional que as desvaloriza e, a sobrecarga de trabalho pesado no interior das unidades de produção familiar (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Stropasolas (2004) afirma que, na agricultura familiar, “toda a organização do processo de trabalho é enviesada contra a mulher. [...] o que consiste num traço verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo” (STROPASOLAS, 2004, p.254). Ainda, segundo Portella (2006), na família rural, as mulheres vivem uma situação de franca desvantagem, inseridas



numa cultura que divide papéis, atribuições e valores femininos e masculinos de modo rígido e hierárquico. Assim, não existe planejamento coletivo entre toda a família para definir a produção, é o chefe da família que controla a mulher, seu trabalho e dos filhos. Nesse sentido, a “agricultura familiar se estrutura sob relações hierárquicas entre homem/mulher, adulto/jovem, o pai como figura de poder de decisão, a agricultura familiar é lugar de opressão intra-familiar vivenciada de modo naturalizado.”(PORTELLA e SILVA,2006:132)

Nesse modelo, a mulher está alijada da esfera pública, marcada pelo isolamento oriundo da natureza de suas atividades, confinada à casa. Outra marca da sua condição é a ausência do direito elementar de ir e vir, tornando a circulação feminina fonte de conflito. A despeito de ter resguardado os direitos da cidadania, a mulher permanece um ser tutelado que necessita de permissão para sair de casa. Esse modelo não descreve a multiplicidade de situações que envolvem a família rural, embora seja reproduzido em larga escala. Podemos inferir que a centralidade de poder na figura do pai permeia a condição da família rural no país, somada a condição de isolamento, criando situações nas quais a lei, a justiça, os direitos não tem lugar. A proposta desta pesquisa foi encontrar as fissuras provocadas pelos conflitos e a criação de novos comportamentos que possam a implodir a família autoritária, restritiva e opressiva.

Do Quintal Para o Mundo: Descaminhos do Empoderamento

A combinação de atividades produtivas e reprodutivas levadas por longas horas pelas mulheres rurais, faz com que elas sejam, provavelmente, as pessoas mais ocupadas do mundo. (FAO:1993:37).

Na Paraíba, o projeto de empoderamento das mulheres nos assentamentos rurais do Cariri desenrolou-se juntamente ao projeto de desenvolvimento sustentável e de geração de renda do PDHC. Ainda que poder e renda devam estar articulados para que a devida autonomia política das mulheres seja efetivada, observa-se, do ponto de vista das mulheres entrevistadas nos três municípios pesquisados (Monteiro, Camalaú e Sumé), uma falta de distinção entre as ações técnicas do PDHC, voltadas para as atividades produtivas e as intervenções das ONGs, com vistas à promoção da equidade de gênero. Em suas falas, mencionam a participação em inúmeras reuniões – tanto para planejamento e acompanhamento das produções, quanto para temas específicos trabalhados pelas ONGs – que muitas vezes não são vistos como um meio de retorno concreto e imediato para as famílias. É como se o processo de formação e empoderamento feminino não estivesse sendo percebido ou não fizesse sentido como um processo gradativo de conquista de autonomia, de geração de renda e de mobilização política pelas próprias mulheres. A questão é



justamente equacionar as percepções locais a respeito do empoderamento e as concepções mais amplas do movimento feminista e dos projetos governamentais.

Quem fazia a feira era eu, mas quem pagava era ele. Quem resolvia as conta era eu, mas quem pagava era ele. [...] Depois que eu me separei foi que eu vim trabalhar, pegar no meu dinheiro... saber o que eu precisava ou não... (A., 33 anos – Assentamento Santa Catarina, Monteiro, PB).

Este depoimento sintetiza as contradições das relações de gênero nas famílias dos assentamentos pesquisados. Apesar de algumas mulheres poderem decidir sobre como a renda familiar será utilizada, são seus maridos que detêm o dinheiro.

Em alguns casos, ao compararmos discurso com prática percebemos que existem contradições e lacunas. Nos trabalhos de campo com as mulheres, maridos se mantinham constantemente no espaço da entrevista e, com absoluta frequência, acabavam respondendo às perguntas ou complementando, até mesmo por solicitação da entrevistada, que facilmente se sentia constrangida com a presença de outrem no momento da entrevista. Ou seja, mesmo que as mulheres estivessem no centro das atenções tanto desta pesquisa quanto dos projetos do PDHC, os homens viam-se como “porta-vozes” da família e legitimados, inclusive pelas esposas, para falarem por elas. É importante notar que muitas mulheres abriram mão de terem seu nome registrado nos projetos do PDHC para dar vez aos maridos e tiveram que realizar árduas negociações domésticas para poderem participar das reuniões.

Essas reuniões, tanto para assuntos técnicos quanto para aqueles voltados para à equidade de gênero, foram muito mencionadas pelas mulheres como espaços de sociabilidade, mobilização social e troca de experiências. Apesar de não mostrarem uma visão mais concreta a respeito do tipo de benefício político que poderiam conquistar com o acesso a informações sobre seus direitos, cidadania e desenvolvimento, evidenciam “as reuniões” como um momento peculiar dentro dos projetos do PDHC.

Antes da gente se reunir com o projeto Dom Helder, com essas coisas, a gente era muito parada, não sabia conversar, tinha vergonha quando o povo chegava. [...] Depois que a gente começou assim, a se reunir com eles a gente aprendeu assim a conversar mais né, foi muito bom. Ter mais renda. M. C. (Serrote Agudo)

Especialmente em relação às reuniões promovidas pelas ONGs feministas, as mulheres puderam ganhar voz e serem ouvidas. Ao mesmo tempo, entraram em contato com informações a respeito dos seus direitos como cidadãs e, especialmente, sobre a Lei Maria da Penha. As informações sobre as implicações legais dos agressores em casos de violência contra a mulher tiveram impactos diretos nos assentamentos e entrevistas revelaram uma diminuição de casos de agressão depois da realização de oficinas informativas a esse respeito. Por outro lado, muitas



mulheres ficaram impedidas de participar desses encontros pela não autorização dos maridos, que somente abriam espaços para suas esposas participarem quando viam na atividade a possibilidade de algum retorno financeiro, como feiras agroecológicas e viagens de intercâmbio, ou seja, quando havia chance de trazer dinheiro para a casa.

De qualquer modo, a mulher tem a condição marcada pelo sobretrabalho, com tarefas e “obrigações” que envolvem a esfera da produção e da reprodução da vida. A agricultura familiar estrutura-se a partir do trabalho da família, coletivo e voluntário, obtido a partir de vínculos extra-econômicos, de cunho afetivo no qual a percepção de exploração inexistente. Supostamente, todos participam com trabalho para o bem de todos, porém é nessa lógica que surge a grande desvantagem para a mulher. Ocorre que, sem esse arranjo, a agricultura familiar não sobrevive, sem o “trabalho de mulher”, invisível e desvalorizado, mas que garante sua continuidade com a reprodução da desigualdade. Como aponta Portella (2006), o fardo traz graves consequências, posto que acumulam múltiplas tarefas desde a infância, inclusive as meninas aparecem como única forma de liberar as mães da lida doméstica para poderem participar de atividades comunitárias ou sindicais.

Contudo, esta super ocupação nos Cariris paraibanos segue uma concepção de trabalho rural que difere do “emprego” urbano e se prolonga pelos momentos de lazer. Na verdade, trabalho e tempo livre estão profundamente imbricados nos assentamentos. Basicamente, os trabalhos realizados pelas mulheres são observados desde o âmbito doméstico, preparando a alimentação da família e a criação dos filhos, até o trabalho externo à plantação, o cuidado com os animais e no roçado junto do marido, ou, na pesca. O tempo livre, observando o recorte geracional e outras especificidades, é vivido entre descanso, visita a parentes e vizinhos, festa de forró, igreja, jogos de futebol no próprio sítio ou em sítios vizinhos, aula de alfabetização para jovens e adultos, televisão e o artesanato que vai desde o crochê e renascença, até a renda e o ponto de cruz. Dentre outras atividades, o tempo livre é utilizado para aumentar a renda da família, como a revenda de cosméticos, roupas e outros produtos do universo feminino.

Família Como Armadilha

Debert (2006) afirma que o processo de reprivatização de questões políticas, renova o papel da família. Aqui a família não é entendida a partir da descrição tradicional da família patriarcal, na qual não existe a lei ou o poder das instituições, mas ressurgem no âmbito das políticas públicas que privilegiam a família como “reino da proteção e da afetividade”, visando, através desta discurso,



solucionar crises sociais. Saffiotti pondera que a família, para as mulheres, pode ser um grupo perigoso.

... o próprio das relações familiares é a hierarquia, nela ninguém é igual ao outro, é uma instituição permeada de conflitos de gênero e geração e de distribuição de recursos limitados... O feminismo foi muito crítico a tudo isso, a visão da família como instituição capaz de criar uma harmonia social. É um anti-feminismo total, uma despolitização... uma luta que buscava transformar a mulher em sujeito de direito. É uma ideologia caritativa, quase religiosa que se une a Direitos Humanos. É um retrocesso lamentável⁷.

As políticas sensíveis de gênero partem do reconhecimento de que homens e mulheres participam de forma desigual do processo de desenvolvimento. Têm necessidades, interesses e prioridades diferentes e algumas vezes conflituosos⁸. Irene Guijt e Meera Shah discutem, em “The Myth of Community” (1998) as armadilhas em que os projetos de desenvolvimento esbarram quando trabalham com o conceito de comunidade imputando a ele características de um todo, orgânico e monolítico. As autoras colocam que, desde a década de 1970, cria-se um modelo teórico ideal de participação cultural local e politicamente homogêneo como contraponto das instituições impessoais e deterioradas. Aqui, o que prevalece são as necessidades reais das pessoas, a participação das bases, fórum de decisões, percepções representadas. A ideia de comunidade sugere que qualquer plano de ação vai de encontro às necessidades da comunidade inteira. As inequidades, hierarquias sociais opressivas e discriminações são omitidas, pois o destaque é dado a cooperação e harmonia de uma comunidade imaginária (GUIJIT; SHAH, 1998).

Nesse sentido, as comunidades e a família não podem ser pensadas como grupos nem homogêneos na composição e preocupação, nem necessariamente harmônicos nas relações. Para as autoras, os estudos de gênero caíram nessa armadilha da comunidade mediana que obliteram as diferenças de gênero (GUIJIT; SHAH, 1998). Ideias como homogeneidade ou harmonia precisam ser substituídas por uma visão mais complexa que reconheça os múltiplos conflitos de interesse que perpassam e recortam as famílias e comunidades. Do contrário, os projetos correm o risco de vir a legitimar processos existentes e relações sociais que perpetuam inequidades.

Finalizamos problematizando a ideia de que o modelo de agricultura familiar só sobrevive graças ao “sobretrabalho” das mulheres e à concentração na figura de um único homem. Não seria

⁷ DEBERT, G. Depoimentos. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006, p.116.

⁸ Até hoje, a titulação conjunta não supera a discriminação das mulheres, somente 12,6% delas são beneficiárias diretas da Reforma Agrária. É pequena a parcela de mulheres que tem acesso ao crédito rural no Brasil. Em 2001, o Inca determinou o mínimo 30% dos recursos relativos às linhas de crédito do Pronaf destinados para mulheres rurais. As mulheres ou são excluídas ou são minoria na capacitação e conhecimento técnico da produção agrícola e pastoral. A elas se destinam projetos voltados para artesanato, saúde e educação, porém, permanecem ausentes dos projetos sobre produção para mercado, administração e gestão das unidades produtivas. Essas restrições decorrem do não reconhecimento do papel das mulheres como gestoras.



possível pensar a reformatação da família, como nos estudos de Lewis (2009), Knijn e Komter (2004), entre outros autores preocupados com a democratização, a equidade na distribuição de poder e solidariedade entre os sexos e as gerações? Seria mesmo um golpe mortal para a estrutura da agricultura familiar se os arranjos produtivos e as tarefas fossem igualmente distribuídas sem preconceito e discriminação?

Bibliografia

BRANDAO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Revista Ruris* v.1, n.1, Campinas, 2007.

CAMARANO, A.A. e ABRAMOVAY, R. Exodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

CUNHÃ, Coletivo Feminista; CM8M. *As mulheres nos assentamentos da reforma agrária e nas comunidades de agricultura familiar no semi-árido do Cariri Paraibano: Diagnóstico sócio-econômico*. João Pessoa, 2007.

DEBERT G. Depoimentos. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

FAO Report Agriculture extension and farm women in the 1980s, 1993.

GUIJT, I & SHAH M. K. (eds) *The Myth of Community: Gender Issues in Participatory Development*. London: Intermediate Technology Publications, 1998.

PORTELLA, A.P, SILVA, C. FERREIRA S. *Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar*. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 2004.

PORTELLA, A. P & SILVA, C. *Divisão Sexual do Trabalho em Áreas Rurais do Nordeste do Brasil*. In: Scott, P. E Cordeiro R. (orgs). *Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimento e políticas públicas*. Ed. UFPE:Recife, 2006.

PROJETO DOM HELDER CAMARA. Disponível em: <http://www.projetedomhelder.gov.br/> Acesso em: 28 jun 2010.

PROJETO DOM HELDER CAMARA. *Relatório Ações Desenvolvidas 2005*. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Secretaria De Desenvolvimento Territorial – SDT. 2005

SCHNEIDER, Sergio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: v.18, n.51, p.99-121, 2003. Disponível em:

STROPASOLAS, V. L. Valor do casamento na agricultura familiar. *Revista de Estudos Feministas*. v.12, n.1, 2004.